

SITAWI

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

SITAWI

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do déficit

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores da  
SITAWI  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SITAWI ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SITAWI, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas de pequeno e médio porte (CPC - PME), conforme introduzido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas de pequeno e médio porte (CPC - PME), conforme introduzido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2019

# SITAWI

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição	4	1.757	47.280	Obrigações trabalhistas	15	122.790	37.990
Aplicações financeiras - Recursos sem restrição	5	949.364	637.069	Obrigações tributárias	16	27.755	17.264
Aplicações financeiras - Recursos com restrição	6	3.822.394	5.256.564	Outras contas a pagar	17	-	13.532
Contas a receber	7	2.395.482	47.250	Receita antecipada	18	653.101	-
Empréstimos sociais e ambientais	8	455.641	217.478	Recursos de projetos em execução	19	7.484.275	6.002.576
Recursos de parcerias em projetos sociais	9	467.500	-			8.287.921	6.071.362
Despesas antecipadas	10	7.552	16.835				
Adiantamentos a empregados	11	2.775	2.479				
Adiantamentos a fornecedores	11	-	7.905				
		8.102.465	6.232.860				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber	7	4.695.753	-	Recursos de projetos em execução	19	4.695.753	-
Empréstimos sociais e ambientais	8	708.873	531.613			4.695.753	-
Depósitos e cauções	12	41.454	41.454				
Investimentos	13	167.500	167.500				
		5.613.580	740.567				
				<b>Patrimônio social</b>	20		
				Patrimônio social		806.444	987.144
						806.444	987.144
Imobilizado - Sem restrição	14	74.074	85.079				
		74.074	85.079				
<b>Total do ativo</b>		<b>13.790.119</b>	<b>7.058.506</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>13.790.119</b>	<b>7.058.506</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SITAWI

## Demonstrações do déficit Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida			
Receita de serviços - sem restrição	21	171.680	179.325
Subvenções particulares - sem restrição	22	2.826.178	2.026.090
Receita de serviço voluntários	28	22.620	-
		<u>3.020.478</u>	<u>2.205.415</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesa com pessoal	23	(1.498.931)	(816.990)
Despesas gerais e administrativas	24	(1.743.900)	(1.454.690)
Despesas com serviço voluntário	28	(22.620)	-
Outras despesas operacionais	25	-	(95.309)
Outras receitas operacionais	26	31.437	-
		<u>(3.234.014)</u>	<u>(2.366.989)</u>
Resultado financeiro, líquido	27	32.835	58.661
		<u>32.835</u>	<u>58.661</u>
Déficit do exercício		<u><u>(180.700)</u></u>	<u><u>(102.913)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SITAWI

## Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

---

	2018	2017
Déficit do exercício	<u>(180.700)</u>	<u>(102.913)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(180.700)</u></u>	<u><u>(102.913)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SITAWI

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Défict acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.090.057	-	1.090.057
Déficit do exercício	-	(102.913)	(102.913)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(102.913)	102.913	-
Outros	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	987.144	-	987.144
Déficit do exercício	-	(180.700)	(180.700)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(180.700)	180.700	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	806.444	-	806.444

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# SITAWI

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(180.700)	(102.913)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação/amortização	15.977	11.191
Outros	-	(87.438)
	<u>(164.723)</u>	<u>(179.160)</u>
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Contas a receber	(7.043.986)	36.960
Empréstimos sociais e ambientais	(415.423)	614.563
Recursos de parcerias em projetos sociais	(467.500)	-
Outros	16.892	(28.778)
	<u>(7.910.017)</u>	<u>622.745</u>
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Recursos de projetos em execução	6.177.453	2.814.622
Obrigações tributárias	10.491	14.071
Obrigações trabalhistas	84.800	31.666
Receita antecipada	653.101	-
Outras obrigações	(13.532)	11.467
	<u>6.912.313</u>	<u>2.871.826</u>
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	<u>(1.162.427)</u>	<u>3.315.411</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de investimentos	-	(167.500)
Adição de imobilizado	(4.971)	(40.707)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(4.971)</u>	<u>(208.207)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.167.398)</u></u>	<u><u>3.107.204</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.940.913	2.833.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.773.515	5.940.913
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.167.398)</u></u>	<u><u>3.107.204</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto Social

A SITAWI (“Entidade”) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, que trabalha no Brasil para desenvolver soluções financeiras para impacto social e ambiental há 10 anos. Desde 2010, a SITAWI mantém o certificado de Organização da Sociedade Civil (OSCIP) de interesse Público.

A Entidade possui certificado de reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, para fins do disposto no decreto nº 46.655/02, válido até 23 de janeiro de 2020.

O trabalho da organização é desenvolvido em parceria com grupos e organizações locais com ou sem fins lucrativos que tenham como missão ter maior impacto social e ambiental.

A experiência indica que mais capital, mais tipos de capital e maior eficiência na alocação e uso do capital transformam mais vidas. Assim, a SITAWI trabalha também com famílias, empresas e instituições financeiras apoiando-as nas suas estratégias de alocação de recursos filantrópicos ou de investimento.

A finalidade da SITAWI, conforme seu Estatuto Social é promover os direitos humanos, a inovação social e o desenvolvimento justo e sustentável, cabendo-lhe:

- Apoiar organizações da sociedade civil (associações, fundações e cooperativas), negócios de impacto social, empreendimentos e instituições similares que implementam ou pretendam implementar projetos de impacto social e/ou ambiental significativo;
- Fomentar, realizar ou patrocinar projetos que contribuam para sua finalidade, especialmente nas áreas de direitos humanos, meio ambiente, assistência social, cultura, desporto, educação, pesquisa científica e tecnológica e/ou saúde, entre outras;
- Desenvolver, sem finalidade lucrativa, novos modelos socioprodutivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, incluindo mecanismos de finanças sociais e de finanças sustentáveis;
- Mobilizar capital filantrópico e financeiro para impacto social e/ou ambiental positivo;
- Promover a inovação, sobretudo por meio da pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 28 de junho de 2018.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

A Administração da Entidade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

### 2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais, do valor justo de ativos e passivos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas de ativos, entre outros.

### 3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidade em moeda nacional que possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

b. Aplicações financeiras

Representadas por aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou realização.

c. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber proveniente ao contrato de colaboração financeira não reembolsável, mantido pelo valor nominal, acrescido quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d. Empréstimos sociais e ambientais

Refere-se à empréstimos concedidos a Entidades que atuem em negócios de impacto social ou ambiental, reconhecidos ao valor justo com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, estes são classificados como ativo não circulante. São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e os recebíveis trazidos a valor presente quando relevantes.

e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem, são capitalizados, enquanto os demais são lançados a resultado, de acordo com o regime de competência.

g. Valor recuperável de ativos

Imobilizado e outros ativos são submetidos a avaliação anual para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

h. Obrigações tributárias

A Entidade é sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da lei nº 9.532/97. É isenta também de outros tributos federais, como a COFINS e PIS.

i. Apuração do déficit do exercício

Receitas e despesas, são reconhecidas e registradas seguindo o regime contábil de competência.

As principais receitas da Entidade são classificadas como subvenções, conforme pode ser visto em Nota Explicativa nº 22.

As principais despesas da Entidade são classificadas nos grupos de pessoal, serviços de terceiros e locação conforme pode ser visto em Notas Explicativas nºs 23 e 24.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

---

## j. Instrumentos financeiros

## (i) Ativos e passivo financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido quando aplicável pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

## (ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	1.644	-
Bancos conta movimento	113	47.280
	<u>1.757</u>	<u>47.280</u>

## 5. Aplicações financeiras - Recursos sem restrição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Itaú Auto Mais	501	21.989
Banco Itaú Premium	566.478	486.881
Banco Itaú Trust	382.385	128.199
	<u>949.364</u>	<u>637.069</u>

## 6. Aplicações financeiras - Recursos com restrição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Itaú	3.822.394	5.256.564
	<u>3.822.394</u>	<u>5.256.564</u>

Correspondente aos recursos a serem utilizados nos projetos registrado no passivo da Associação.

As aplicações financeiras encontram-se em moeda nacional, correspondentes a quotas de Fundos de Investimentos que possuem liquidez imediata sem perdas dos juros transcorridos quando dos resgates.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

Todas as aplicações têm como referência para remuneração a variação Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 7. Conta a receber

	2018	2017
BNDES Cultura	7.091.235	-
Recofarma indústria do Amazonas	-	47.250
	<u>7.091.235</u>	<u>47.250</u>
Circulante	2.395.482	47.250
Não Circulante	4.695.753	-
	<u>7.091.235</u>	<u>47.250</u>

Em 20 de dezembro de 2018 foi assinado um contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de colaboração financeira não reembolsável no valor de R\$ 7.043.630 (sete milhões, quarenta e três mil, seiscentos e trinta reais). Este contrato está relacionado ao BNDES Fundo Cultural destinado a realização do Projeto Cultural "Programa Machfunding de cultura BNDES", consistente na captação de instituições Culturais sobre o instrumento financeiro denominado crowdfunding. O projeto terá duração de 36 meses e por isso foi reconhecido 1/3 no contas a receber no circulante e 2/3 no contas a receber não circulante.

## 8. Empréstimos sociais e ambientais

	Taxa a.a	2018		2017	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cooperativa Agroindustrial (i)	12,75%	58.330	-	58.330	-
Ebenezer (ii)	Variável	71.592	35.796	80.510	107.388
Feira Preta (iii)	Variável	-	-	61.766	-
Atina (iv)	Variável	167.150	165.264	-	-
Vela Bike (v)	Variável	20.068	18.552	-	-
HUB (vi)	Variável	18.076	16.570	-	-
Egalite (vii)	Variável	-	407.520	-	407.520
Flexmedical (viii)	Variável	-	-	21.310	-
Interceleri (ix)	Variável	-	-	33.684	-
4you2 Ensino (x)	Variável	211.354	-	50.115	16.705
Ecoservice (xi)	11%	24.176	-	24.176	-
Morada da Floresta (xii)	Variável	5.649	5.178	-	-
Manioca (xiii)	Variável	-	81.262	-	-
(-) Juros a Apropriar		(38.249)	(21.270)	-	-
(-) PECLD		(82.506)	-	(112.413)	-
		<u>455.641</u>	<u>708.873</u>	<u>217.478</u>	<u>531.613</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

---

Refere-se à empréstimos a associações, fundações, cooperativas e sociedades que atuem em negócios de impacto social ou ambiental, como por exemplo, saúde, moradia, educação, igualdade entre homens e mulheres, raças e etnias ou conservação de ecossistemas. A composição dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada acima:

- (i) Em 01 de junho de 2015, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a Cooperativa Agroindustrial 8 de junho (Coperjunho). Com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da coperjunho. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 75.000, para pagamento em dezoito parcelas, sendo que a última deveria ser paga até 05 de janeiro de 2017, com juros de 12,75% ao ano. Não liquidada no período proposto;
- (ii) Em 01 de junho de 2017, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a Associação Beneficente Ebenezer, foi desembolsado o montante de R\$ 214.777, para pagamento em 42 parcelas, sendo que a última parcela deve ser paga até 21 de junho de 2020;
- (iii) Em 28 de setembro de 2016, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Feira Preta, com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Feira Preta. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 60.000, e foi recebido o pagamento em uma parcela em 04 de dezembro 2018;
- (iv) Em 22 de junho de 2018, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Geodinâmica Editora Ltda, com finalidade de desenvolvimento da Metodologia Atina para o Ensino fundamental I. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 300.688 sendo que a última parcela deve ser paga até 21 de janeiro de 2021;
- (v) Em 21 de Novembro de 2018, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Vela Bikes. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 36.000 sendo que a última parcela deve ser paga até 26 de novembro de 2020;
- (vi) Em 21 de Novembro de 2018, foram firmados contratos entre a SITAWI e a HUB Rede de Inovação. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 32.000 sendo que a última parcela deve ser paga até 22 de novembro de 2020;
- (vii) Em 22 de dezembro de 2016, foi firmado um contrato de empréstimo conversível com a Egalitê. A Egalitê inicialmente não pagará juros pelo recebimento deste empréstimo e, em contrapartida, a SITAWI deterá a opção de transformar este empréstimo em cotas de participação na Egalitê. O montante do empréstimo é de R\$ 400.000;
- (viii) O contrato com Fleximedical foi recebido e finalizado em 24 janeiro de 2018. Os juros são de 11.75% ao ano com uma atualização a cada seis meses de acordo com a taxa SELIC;
- (ix) Em 14 de novembro de 2017, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a empresa Interceleri Tecnologia, foi desembolsado o montante de R\$ 32.000,00, para pagamento em 14 parcelas, sendo que a última parcela foi paga em 21 de dezembro de 2018;
- (x) Em 25 de agosto de 2017, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a empresa 4You2 Ensino de Idiomas Ltda, foi desembolsado o montante de R\$ 75.172, para pagamento em 20 parcelas, sendo que a última parcela deve ser paga até 21 de abril de 2019.

Em 20 de dezembro de 2018, foi firmado um outro contrato entre a SITAWI e a empresa 4You2 Ensino de Idiomas Ltda, foi desembolsado o montante de R\$ 185.817, para pagamento em 01 parcelas, até 21 de junho de 2019.

- (xi) Em 01 de agosto de 2014, foi firmado um contrato entre a SITAWI e a A3S-Aquecimento Solar e Soluções Sustentáveis Ltda. (Ecoservice) com a finalidade da SITAWI financiar as atividades da Ecoservice. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 64.440, para pagamento em dezoito parcelas, sendo que a última deveria ser paga até 21 de fevereiro de 2016, com juros de 11% ao ano. Não liquidada no período proposto;
- (xii) Em 21 de Novembro de 2018, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Morada da Floresta. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 10.000 sendo que a última parcela deve ser paga até 26 de novembro de 2020;



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

- (xiii) Em 20 de Dezembro de 2018, foram firmados contratos entre a SITAWI e a Manioca Comércio de Alimentos. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 71.316 com primeiro pagamento para 21/11/2020 e a última parcela deve ser paga até 21 de outubro de 2021.

#### 9. Recursos de parcerias em projetos sociais

	2018	2017
Associação AMARU (i)	16.135	-
Associação AMECSARA (ii)	35.005	-
Associação ASPROC (iii)	259.176	-
Fundação FAS (iv)	157.184	-
	<u>467.500</u>	<u>-</u>

- (i) Associação de Moradores Extrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável- AMARU - A SITAWI possui um subacordo de cooperação de financiamento não reembolsável firmado com esta instituição, os valores acima são saldos de adiantamentos concedidos em 2018 que aguardam prestação de contas por parte dessas instituições;
- (ii) Associação dos Moradores Extrativista da Comunidade São Raimundo- AMECSARA - A SITAWI possui um subacordo de cooperação de financiamento não reembolsável firmado com esta instituição, os valores acima são saldos de adiantamentos concedidos em 2018 que aguardam prestação de contas por parte dessas instituições;
- (iii) Associação de Produtores Rurais de Carauari- ASPROC - A SITAWI possui um subacordo de cooperação de financiamento não reembolsável firmado com esta instituição, os valores acima são saldos de adiantamentos concedidos em 2018 que aguardam prestação de contas por parte dessas instituições;
- (iv) Fundação Amazonas Sustentável- FAS -A SITAWI possui um subacordo de cooperação de financiamento não reembolsável firmado com esta instituição, os valores acima são saldos de adiantamentos concedidos em 2018 que aguardam prestação de contas por parte dessas instituições.

#### 10. Despesas antecipadas

	2018	2017
Vale transporte	1.538	832
Vale refeição	6.014	2.818
Licença de programas	-	2.529
Contribuição	-	10.656
	<u>7.552</u>	<u>16.835</u>

Os valores são compostos por pagamentos antecipados de despesas do exercício de 2019.

#### 11. Adiantamento a empregados e a fornecedores

	2018	2017
Adiantamento a pessoa jurídica	-	7.905
Adiantamento de viagens	-	2.479
Adiantamento de Férias	2.775	-
	<u>2.775</u>	<u>10.384</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

Os valores são compostos por adiantamentos não liquidados até a data de encerramento do balanço e serão liquidados em 2019.

## 12. Depósito e cauções

	2018	2017
Depósito caução	41.454	41.454
	<u>41.454</u>	<u>41.454</u>

Valor referente a depósito antecipado de três meses de aluguel, dos imóveis da Voluntário da Pátria - RJ e da Teodoro Sampaio - SP. Ao final do contrato esses valores serão devolvidos corrigidos pelos índices de poupança.

## 13. Investimentos

Em julho de 2017, com recursos provenientes do Fundo Fiimp, a SITAWI fez um investimento no valor de R\$ 167.500 na empresa BEMTEVI INVESTIMENTO SOCIAL LTDA com intuito de fomentar a área de doações e investimentos para o setor social, em consonância com as diretrizes do Fundo Fiimp. No termo de adesão nº 20/2016 adquiriu da sociedade em conta de participação "Bemtevi SCP 2016". 167.500 cotas de participações no valor de R\$ 1,00 cada.

## 14. Imobilizado - Sem restrição

	Taxa de depreciação %	2017	Adição	Depreciação	2018
Equipamento de informática	20	39.451	4.603	(10.039)	34.015
Máquinas e equipamentos	10	20.996	-	(2.865)	18.132
Móveis e utensílios	10	23.651	369	(2.836)	21.183
Direito de Uso Software	10	981	-	(238)	743
		<u>85.079</u>	<u>4.972</u>	<u>(15.977)</u>	<u>74.074</u>

  

	Taxa de depreciação %	2016	Adição	Depreciação	2017
Equipamento de informática	20	16.352	29.233	(6.134)	39.451
máquinas e equipamentos	10	13.826	9.286	(2.116)	20.996
Móveis e utensílios	10	25.385	1.000	(2.734)	23.651
Direito de Uso Software	10	-	1.188	(207)	981
		<u>55.563</u>	<u>40.707</u>	<u>(11.191)</u>	<u>85.079</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

### Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") conforme definido na seção 27 da NBC TG 1000 é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

### 15. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Provisão de férias	48.510	12.935
Encargos de férias	16.736	4.333
Salário a pagar	700	-
Pro-labore	-	5.247
Inss a pagar	49.398	15.348
FGTS a pagar	6.777	-
PIS - Folha	669	126
	<u>122.791</u>	<u>37.990</u>

### 16. Obrigações tributárias

	2018	2017
IRRF PJ	573	651
IRRF folha	21.111	9.779
IRRF empréstimos	299	592
PCC	1.776	2.069
ISS	3.158	2.363
ISS retido	837	1.810
	<u>27.755</u>	<u>17.264</u>

Refere-se a valores retidos de colaboradores, autônomos e empresas que prestam serviços a SITAWI e impostos sobre faturamento. Tais valores serão repassados para o governo em janeiro de 2019, atendendo a data de vencimento.

### 17. Outras contas a pagar

	2018	2017
Contas a pagar	-	13.532
	<u>-</u>	<u>13.532</u>

A SITAWI, em geral, opera junto aos seus fornecedores sem prazo médio específico, geralmente seguem os prazos de negociação comercial de cada operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

## 18. Receita Antecipada

	2018	2017
Mott Foundation	559.768	-
Instituto Clima e Sociedade	93.333	-
	<u>653.101</u>	<u>-</u>

Trata-se de recebimentos antecipados de contribuições de associados para rateio da mensalidade no exercício de 2019.

## 19. Recursos de projetos em execução

Refere-se as obrigações com repasse de recursos financeiros aos parceiros conforme acordo em contrato de parceria entre as partes, a composição desses repasses estão demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Familia C (i)	1.531.201	-	1.534.256	-
Fundo Mais Unidos (ii)	-	-	417.364	-
Fundação BMW (iii)	61	-	13.252	-
Ford - Fórum Justiça (iv)	335.134	-	403.086	-
Fundo Intercement (v)	38.528	-	324.450	-
Agora! (vi)	-	-	1.863.298	-
FNE-Filantropicos (vii)	818.308	-	188.011	-
Fundo FIIMP (viii)	247.925	-	489.757	-
Projeto TMJ (ix)	683.074	-	769.102	-
Nova Democracia (x)	29.709	-	-	-
Fundo Janelas Abertas (xi)	1.299.950	-	-	-
Fundo Rede Consciência (xii)	152.509	-	-	-
BNDES Cultura (xiii)	2.347.877	4.695.753	-	-
	<u>7.484.275</u>	<u>4.695.753</u>	<u>6.002.576</u>	<u>-</u>

- (i) O fundo social Família C iniciou suas operações em 06 de dezembro de 2012. No Brasil, o conceito de filantropia é menos desenvolvido do que em outros países como os Estados Unidos, onde o apoio filantrópico ao setor social é 30 vezes maior do que no Brasil. Existem algumas tendências e filantropos "pioneiros" que estão mudando esta perspectiva para a filantropia brasileira crescer cada vez mais. A Família C queria apoiar o desenvolvimento socioambiental do Brasil de uma forma sustentável e achou no conceito do empreendimento social uma ferramenta poderosa para efetuar mudanças de longo prazo;
- (ii) Criado em 2006, o Grupo + Unidos é uma parceria entre a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e um conjunto de 18 empresas americanas, composto por 3M, Burson Marsteller, Caterpillar, CitiBank, Coca-Cola, Cummins, Dow, ExxonMobil, GE, Intel, Internacional Paper, Johnson & Johnson, KPMG, Microsoft, Monsanto, Motorola Solutions, PayPal e Qualcomm. A sua proposta é beneficiar a sociedade brasileira por meio de iniciativas educativas e ambientais. No ano de 2018 o Grupo +Unidos constituiu um CNPJ próprio e passou a operar diretamente seus recursos, tendo a SITAWI cumprido seu papel de fomentar iniciativas até que se tornem maduras suficientes para se tornarem independentes;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

---

- (iii) O Fundo BMW iniciou suas operações em novembro de 2014. Para impulsionar o início de suas atividades no Brasil, a Fundação BMW decidiu abrir um Fundo social com a SITAWI. A instituição alemã tem como objetivo fomentar diálogos transitórios para o bem comum, além de fomento de inovação social;
- (iv) Iniciado em outubro de 2016 com apoio da Ford Foundation, o Fundo Fórum Justiça tem como objetivo discutir a justiça com uma finalidade pública. O Fundo visa, também, a estimular o debate em torno do modelo democrático e republicano de justiça, observado o contexto latino-americano. A iniciativa foi contemplada com um montante de 200 mil dólares para executar suas atividades ao longo de dois anos. É de responsabilidade da SITAWI a gestão administrativa e financeira desse recurso;
- (v) O Instituto InterCement é a face da Responsabilidade Social Corporativa da InterCement que desenvolve projetos prioritários na área da primeira infância, juventude, educação básica e voluntariado e mais recentemente, promoção da educação ambiental, conservação e proteção da biodiversidade local, com focos na inovação e construção de parcerias sustentáveis. O referido fundo iniciou suas atividades em janeiro de 2017, com o intuito de fazer uma experiência piloto de operação de recursos através de terceiros para financiar “ideias comunitárias” de até R\$ 25 mil cada;
- (vi) O Fundo AGORA representa uma rede de lideranças que está iniciando um movimento político não-partidário para o desenvolvimento mais justo do país. O início de suas atividades deu-se em fevereiro de 2017. O fundo adquiriu caráter indiretamente político por ajudar a formar novas lideranças que poderiam eventualmente se tornar líderes políticos. Por entender que a SITAWI não financia políticos ou partidos políticos, o conselho da SITAWI decidiu pela descontinuação do fundo, o que foi feito no ano de 2018.
- (vii) O fundo FNE (Fundos Não Exclusivos) é um fundo da SITAWI onde são alocados projetos e fundos que não possuem uma conta corrente específica, no ano de 2018 tivemos dois fundos ativos no FNE, são eles:
  - Fundo Mahle: a INOCAS está desenvolvendo o projeto “Extrativismo Sustentável de Macaúba Orgânica”, nos municípios mineiros de Patos de Minas, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Presidente Olegário e Tiros. Desde 2017, a iniciativa conta com a gestão financeira da SITAWI e com o financiamento do Instituto Mahle, organização que promove o desenvolvimento humano através da inclusão social e econômica e que doou R\$75 mil, parte dos recursos para a realização das atividades;
  - O fundo Nova Democracia começou em 2017 na conta FNE, com o aumento no número de transações o fundo passou a ter uma conta exclusiva em fevereiro de 2018.
- (viii) O Fundo FIIMP teve início em dezembro de 2016 e é composto por 22 Fundações e Institutos com o intuito de aprender, acompanhar e conhecer os resultados de investimentos em negócios de impacto socioambiental, experimentando o uso de diferentes mecanismos financeiros;
- (ix) O Programa Território Médio Juruá (TMJ) é um projeto financiado pela Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) em parceria com a Coca-Cola Brasil e Natura, em prol do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Médio Juruá, para conservar a biodiversidade do município de Carauari-AM por meio de cadeias de valor sustentáveis e um plano de desenvolvimento territorial;
- (x) Nova Democracia é uma coalizão que administra uma plataforma que se dedica a reunir e promover a colaboração entre pessoas, organizações e movimentos da sociedade civil pela melhoria das regras, condições e práticas da disputa política no país e da interface cotidiana entre as instituições e a sociedade. Seu fundo é gerenciado pela SITAWI desde 2017;
- (xi) Janelas Abertas é uma associação sem fins lucrativos criada para destinar bolsas de estudo da escola Eleva, no Rio de Janeiro, à alunos extraordinários de baixa renda. A Associação estabeleceu um matchfunding, em que a cada aluno financiado por um doador, a Escola Eleva garante a educação de outro aluno. Além do apoio financeiro, o programa de bolsas oferece acompanhamento pedagógico e psicológico aos alunos e suas famílias, e em 2018 concedeu 55 bolsas de estudo. Os recursos financeiros captados pela Associação são gerenciados pela SITAWI desde 2018;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

---

- (xii) Rede Dinheiro e Consciência é uma coalizão que desenvolve palestras e divulga conteúdos sobre o uso consciente do dinheiro e em 2018 desenvolveu seu programa piloto de empréstimo coletivo (crowdlending) que, em parceria com a SITAWI, mobilizando R\$1,25 milhão em empréstimos para três negócios sociais;
- (xiii) O BNDES+ é uma parceria entre SITAWI, BNDES e Benfeitoria, esta última uma plataforma de crowdfunding, para fomentar iniciativas que promovam patrimônio cultural brasileiro. A Benfeitoria é responsável por convocar e selecionar iniciativas para projetos de captação via crowdfunding. Caso essas iniciativas seja bem sucedidas na captação, o BNDES contribui triplicando o valor captado para estas iniciativas (cada 1 real captado via crowdfunding recebe 2 reais do BNDES). A SITAWI é responsável pela gestão dos recursos oriundos do BNDES.

## 20. Patrimônio social

### (a) Patrimônio social

É constituído pelos recursos totalmente integralizados oriundos de doação inicial acrescidos ou deduzidos dos superávits ou déficits inerente às atividades da Entidade, apuração ao término de cada exercício social.

### (b) Superávit (déficit) acumulados

Registra o valor do superávit/déficit do exercício a ser submetido à apreciação da Assembléia Geral para incorporação ao patrimônio social da Entidade.

A Entidade registrou um déficit em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 180.700 (R\$ 102.913 em 2017).

## 21. Receitas de serviços prestados - sem restrição

Registra basicamente as receitas com consultorias prestadas em 2018 no montante líquido de R\$ 171.680 (R\$ 179.325 em 2017).

## 22. Subvenções particulares - sem restrição

Registram os recursos recebidos de doações pelas SITAWI para a realização de suas despesas-fins (doações) e suas despesas complementares:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações	1.779.032	1.531.507
Receita líquidas c/empréstimos	7.366	17.391
Recuperação de Despesas em Fundos	1.039.780	477.192
	<u>2.826.178</u>	<u>2.026.090</u>

As reversões de fundos referem-se a montantes que a SITAWI reverte para utilização em suas finanças provenientes dos valores recebidos dos fundos sociais, tomando por base o contrato celebrado com cada fundo, esses recursos são utilizados para manutenção das atividades operacionais da SITAWI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

---

## 23. Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pró-Labore	507.296	421.338
Salários	440.085	90.592
Férias	54.644	11.925
13o. Salário	35.968	10.014
Estagiários	34.352	83.472
Seleção e Treinamentos	26.726	8.438
Gratificações	7.912	8.705
Seguro de Vida	637	120
Vale Transporte	14.860	8.444
Prog. Alimentação Trabalhador	60.427	24.063
Assistência Médica	24.240	13.961
Despesa com Instrução	2.746	1.237
INSS	110.435	29.898
FGTS	40.447	9.380
Encargos S/Férias	18.198	4.732
Encargos S/13o. Salário	12.391	3.355
PIS S/Folha	4.389	1.311
INSS s/Pro-Labore	103.180	86.008
	<u>1.498.931</u>	<u>816.990</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

## 24. Despesas administrativa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aluguel - Diversos	5.750	1.616
Aluguel e Condomínio	186.146	168.191
Assinaturas e Publicações	2.065	519
Condução	640	24.956
Manutenção, Conservação e Reparos	13.625	2.756
Depreciações e Amortizações	15.977	11.191
Despesas C/Bens Permanentes	10.682	5.483
Despesas C/Comunicação	11.531	12.667
Despesas C/Veiculos	-	1.158
Despesas Diversas	-	500
Despesas Legais	4.322	1.126
Fretes e Carretos	1.510	480
Impostos, Taxas e Contribuições	53.918	25.658
Luz	22.051	21.373
Material/Suprimento de Escritório	16.239	9.646
Representação	-	204
Seguros	270	540
Serviços Prestados - PF	13.709	16.388
Serviços Prestados - PJ	-	56.750
Viagens e Estadias	320.899	217.397
Refeições e Lanches	9.894	30.306
Correios e Malotes	10.174	8.381
Serv. Prest. PJ - Contabilidade	34.504	56.044
Serv. Prest. PJ - Ass. Juridica	15.376	23.867
Serv. Prest. PJ - Informatica	70.665	18.708
Serviços Gráficos	62.873	26
Marketing	258.909	-
Contribuição Sindical	-	240
BDO RCS Auditores Independentes	32.656	5.195
Licença de Uso	8.774	5.514
INSS Autônomos	2.742	3.278
Serviços prestados	545.710	711.719
IPTU	12.286	12.815
	<u>1.743.900</u>	<u>1.454.690</u>

## 25. Outras despesas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Perda com créditos incobráveis (i)	-	87.438
Outros	-	7.871
	<u>-</u>	<u>95.309</u>

(i) Refere-se a perdas incobráveis que dizem respeito a três clientes de empréstimos que estão inadimplentes no pagamento destes: Ecoservice, Coperjunho, e Feira Preta. No caso Ecoservice, Coperjunho, estão sendo cobrados por intermédio de um processo jurídico, enquanto a Feira Preta teve sua dívida renegociada com a Sitawi.

Em 2018 a Associação não teve necessidade de constituição de perdas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

## 26. Outras receitas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reversão de Provisão (i)	31.437	-
	<u>31.437</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se a reversão de provisão com perdas incobráveis que dizem respeito a dois clientes de empréstimos que estão inadimplentes no pagamento destes: Ecoservice, Coperjunho. Estes estão sendo cobrados por intermédio de um processo jurídico.

## 27. Resultado financeiro, líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos	2.672	-
Descontos obtidos	862	-
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>52.882</u>	<u>78.618</u>
	56.416	78.618
Despesas financeiras		
Juros passivos	(5.412)	(439)
Descontos concedidos	(4)	-
Despesas bancárias	(3.520)	(2.499)
IR s/ aplicação financeira	(9.441)	(16.003)
Variação Monetária passiva	(13)	-
Despesas com multas	(4.308)	(431)
IOF	<u>(883)</u>	<u>(585)</u>
	(23.581)	(19.957)
	<u>32.835</u>	<u>58.661</u>

## 28. Despesas com voluntários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de Serviço Voluntário	22.620	-
Despesa de Serviço Voluntário	<u>(22.620)</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Conforme determinado pela ITG 2002 para efeito de cumprimento da resolução aplicável a Entidade, identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebido durante o exercício de 2018.

Nenhum dos valores acima teve desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos em 2018 como receita e despesa operacional na demonstração do resultado em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

29. Renúncia fiscal

a) Imunidade

Por se tratar de uma Entidade sem fins lucrativos, a Sitawi goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da lei nº9.532/97, bem como goza também de isenção de outros tributos Federais, como a COFINS e o PIS.

A SITAWI está isenta do recolhimento do Imposto de Transmissão "causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos, conforme declaração de Isenção Secretaria de Estado e Fazenda de São Paulo, com validade de 15 de outubro de 2018 até 14 de outubro de 2019.

b) Carga Tributária

Considerando que a Entidade apresentou prejuízo contábil e fiscal, não evidenciaremos o saldo que poderia ser devido de impostos.

30. Requisitos para a Manutenção da Imunidade Tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da SITAWI e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 31 do Estatuto Social);
- Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 34 do Estatuto Social).

31. Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

#### 31.1. Estrutura do gerenciamento de risco

A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

#### 31.2. Risco de credito

Risco de credito é o risco de déficit financeiro da Entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a Entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrente da falta de cumprimento de obrigações financeiras com seus financiadores.

#### 31.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a recuperação da Entidade.

#### 31.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros das aplicações, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

32. Seguros (não auditado)

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores julgados como suficientes pela Administração da Entidade para cobertura de eventuais riscos.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Entidade considera que existe um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Entidade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

33. Remuneração aos Administradores

Não existe remuneração direta ou indireta aos conselheiros da Entidade.

34. Provisão para Contingências

A Entidade em curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por técnicos especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2018, com base na opinião de seus assessores legais, não existem ações em andamento, portanto, não há valores dessa natureza a serem provisionados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em Reais)

---

## 35. Quocientes patrimoniais

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Liquidez imediata			
Caixa e equivalentes	1.757	0,00	0,01
Passivo circulante	<u>8.287.921</u>		
Liquidez corrente			
Ativo circulante	8.102.465	0,98	1,03
Passivo circulante	<u>8.287.921</u>		
Liquidez geral			
Ativo circulante + não circulante	13.790.119	1,06	1,15
Passivo circulante + não circulante	<u>12.983.674</u>		
Imobilização corrente do capital próprio			
Imobilizado	74.074	0,09	0,09
Patrimônio líquido	<u>806.444</u>		
Imobilização do capital de giro			
Imobilizado	74.074	0,01	0,01
Patrimônio líquido + passivo circulante	<u>9.094.365</u>		

## 36. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.